

Macartismo à Brasileira

Já faz algum tempo que vemos o linchamento moral de autoridades através dos meios de comunicação, tal como aconteceu nos E.U.A por volta da década de 50.

Naquela ocasião bastava uma notícia dizendo que uma pessoa era comunista para que fosse aberto um processo até político contra ela; e, na maioria das vezes, ela era desmoralizada via casas políticas e até judiciais.

No Brasil está acontecendo um linchamento quase que nas mesmas proporções basta ver que é só aparecer uma notícia sobre qualquer pessoa e até personalidades que estiveram ou estão na administração pública e ela é eschachada.

Vimos há alguns dias um verdadeiro barraco no Senado Federal onde dois Senadores se desqualificaram mutuamente apresentando, na tribuna, dossiês (?) baseados em noticiários de jornais sobre corrupção praticada por eles durante suas vidas políticas.

Não bastassem esses fatos jornalísticos que têm levado alguns promotores a abrirem processos contra os noticiados há, também, um constante desrespeito pelos preceitos legais, e até constitucionais, para se levantar fatos e abrir-se processo de cassação contra parlamentares.

Essa barbárie está ficando cada vez mais descontrolada porque ela já chega a influenciar parlamentares de partidos conservadores para lincharem seus próprios pares.

Na Câmara Municipal está em andamento um processo de cassação de uma Vereadora que está sustentado só em noticiários jornalísticos e a perseguição de alguns profissionais do Ministério Público e da Polícia Civil.

A defesa dessa Vereadora persegue uma linha jurídica que consegue demonstrar os absurdos das acusações con-substanciadas em provas cabais de inocência e testemunhos desqualificados da acusação, mas tudo indica que só isso pode não ser suficiente para livrá-la do linchamento político, ou seja, sua cassação. Há que se fazer uso de um dos mais importantes instrumentos jurídicos que é o mandado de segurança.

Esse instrumento - como já sabemos - deve ser usado quando fica configurado o direito líquido e certo.

A Lei Orgânica do Município é violada todo dia pelo Parlamento Municipal, pois ela abre sessões de votação sendo que a pauta deve estar sobrestada pela não apreciação dos quase duas centenas de vetos.

Não bastasse isso no artigo 3º está expresso que **é necessário uma lei** para o procedimento de processo de cassação do parlamentar, e **essa lei não existe**. Sine legis, nullum crimen. (Sem lei não há crime).

Na LOM há ainda a determinação de que só pode pedir a abertura de processo de cassação do Prefeito por Vereador, Partido Político ou cidadão no pleno gozo de seus direitos. E como foi aceita a representação - que é pública e notória - feita pela OAB instituição não autorizada pela Lei? Mas foi em nome de um tal clamor popular - que não teve uma alma sequer de cidadão defronte à Câmara ou presenciando a sessão - que se votou a admissibilidade baseada, como já dissemos, em uma representação ilegal da OAB e na pressão de uma grande rede de televisão.

Essa grande rede de televisão - uma das grandes descumpridoras dos preceitos constitucionais de preservação da imagem e da presunção da inocência até sentença transitada em julgado - chega a se dizer representante do povo e da comunidade sem ter conseguido um voto sequer.

A dita oposição conta com um parlamentar professor líder que chegou a dizer no programa BARRACO MTV - o que não corresponde à verdade, pois o mesmo se encontrava de licença, numa atitude no mínimo duvidosa - que votou o orçamento municipal. Ora ele está fraco de memória, pois 4 de seus pares também se licenciaram por mais de 30 dias no último mês do ano. Isso permitiu que uma Vereadora suplente e de seu partido votasse a favor do remanejamento de 15% do orçamento e contra o aumento de verbas para o programa de renda mínima.

O Brasil inteiro está parado vendo o Parlamento se transformar num grande Tribunal - a preservação da imagem preceito constitucional desrespeitado - linchando cidadãos comuns e agentes públicos.

Queira a providência que não cheguemos ao que se transformou o Parlamento Norte Americano, lá acabou chegando a uma comoção tão grande que culminou com o assassinato de um presidente.

Os macaquitos de plantão não podem ter sua liberdade de ação ilimitada senão eles chegarão até a criar a Ku Klus Klan, organização de elite que linchava e incendiava negros lá nos E.U.A..

Nossa descrença até nos agentes públicos está no limiar da barbárie basta ver que a arrecadação federal de impostos mais que dobrou e a situação do povo brasileiro está pior, e há uma comemoração no Congresso pela votação e aprovação do orçamento federal. Já não é tarde essa votação? Mas, para que orçamento se o Presidente pode reter, através do DRU 20% de toda a arrecadação? Nos municípios remaneja-se 15% e no Estado foi aprovado 17%.

Estamos às vésperas de mais uma eleição municipal e se divulga que 88% dos eleitores não votarão nos atuais Vereadores. Saibam que a soma dos votos de todos os atuais Vereadores, na última eleição, não chegou a 12% do eleitorado.

Abr/2000

José Roberto Alves da Silva - Pedagogo

Coordenador do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública

